

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL



*Carlos Manuel Mendes Dias*¹

Tenente-Coronel Artilharia

RESUMO

O artigo que se segue tem como finalidade primária tipificar o Sistema Internacional na actualidade, sem votar ao esquecimento o enquadramento propiciado pela história, nem obrigar ao ostracismo aquilo que terá estado na génese da expressão «Sistema Internacional»: a teoria dos sistemas.

1. Introdução

Começo por referir, quer por necessária prudência, quer para tentar evitar que as pessoas que já me conhecem se sintam defraudadas logo de início, que o tema sugerido “cai” no domínio de aplicação da especialidade das Relações Internacionais que, por sua vez, é integrado no vasto campo das Ciências Sociais.

Para não falar deste, repito sobre aquele, aquilo que digo geralmente: constitui-se como um grande balão de oxigénio que nos dão para respirar e o que é espantoso, é que parece que respiramos quase tudo, implicando que tenhamos

¹ Professor na Academia Militar.

um vasto lastro de conhecimento interdisciplinar, o que não é, de todo, o caso da pessoa que vos escreve. Nada melhor, portanto, que previamente acautelar os leitores.

Nesta sintética nota introdutória, importa também dizer que quando falamos de sistema, não devemos esquecer que a sua Teoria Geral foi criada por *Karl Ludwig von Bertalanffy* (1901-1972), biólogo austríaco, com a consequência directa da introdução de dinamismo, no estático acervo proposto pelo estruturalismo clássico (Lara, 2005).

O cientista vienense não se mostrava convencido com a tese cartesiana do universo, até por discordar do pensamento de que o mundo estava dividido em diferentes áreas, como antropologia, química, física, biologia, psicologia e outras; pelo contrário, teria que ser encarado de forma total ou global, de maneira a apercebermo-nos e verificarmos das suas interdependências. Na sequência, avançou para a aproximação orgânica da biologia, na base de que o todo é maior que a soma das partes, consideradas individualmente.

Após estes breves mas necessários prolegómenos, propomo-nos viajar no tempo e sair na última estação: a contemporaneidade.

2. Incursão Teórica

Irámos iniciar dizendo que aceitamos como pressuposto a existência de um sistema internacional e que, portanto, contornamos por questão de método o pensamento de autores como *Donald Lampert*, *Lawrence Falkowski* e *Richard Mansbach*, que questionam essa existência (1978)².

Pelo contrário, vamos aceitar a utilidade da aplicação da teoria dos sistemas ao campo das relações internacionais, como outros autores o fazem, destacando as razões de se constituir como instrumento de organização de informação, de integração de variáveis, de aplicação de saberes de outras disciplinas, de relacionamento de conceitos, de abordagem teórica abrangente, de extracção de conclusões causais sobre os acontecimentos que vão pautando a política internacional³, entre outras. Assim sendo, o tema que nos propomos falar e reflectir neste breve espaço feito de letras, respeita a um dos níveis de análise sobre o qual as relações internacionais

² Dada a “complexidade própria da política global” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 153).

³ As outras são o Estado e o indivíduo (Nye, 2002, p. 40).

centram a sua atenção, tornando-se assim seu objecto de estudo: o sistema internacional ⁴.

Como por todos nós já adquirido, estamos num nível de análise macro, que não se dedica exaustivamente aos elementos ou agentes de si integrantes (os actores do sistema), mas antes efectua uma abordagem estrutural, também designada de sistémica ou holística (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 41).

Reiterando, falamos de um nível onde se aceita, como em qualquer incursão sistémica, que a resultante de um sistema é maior que a soma dos seus elementos, – actores, fins e instrumentos – (Nye, 2002, p. 9) e que a sua própria configuração determina em maior grau o comportamento das unidades que o compõem, do que estas o influenciam. Diga-se, em abono da verdade, que é por esta razão, que o conceito de «sistema internacional» interessa ao conhecimento abrangente, sendo simultaneamente revelador de traços comuns sobre a conduta ou características das interacções desenvolvidas pelos actores componentes.

Por outro lado, ouvimos falar e até podemos ler, as expressões «Sistema Internacional» e «Sistema Político Internacional» (SPI), sem nos apercebermos da pequena grande diferença que nelas se encontra encerrada: a última respeita a um “*padrão de relacionamentos entre Estados*” (Nye, 2002, p. 38), enquanto que a outra é mais abrangente, traduzindo a ideia de um conjunto de elementos que se encontram interrelacionados internacionalmente.

Em suma, estamos no campo da teoria dos sistemas e portanto quando buscamos um entendimento, temos que escorar em conceitos como interdependência ⁵, interacção ⁶ e o inerente aumento de complexidade, tão estudada por *Kenneth*

⁴ “De acordo com *Kenneth Waltz*, os indivíduos, os estados e o sistema global têm sido os objectos mais comuns de análise em relações internacionais, e ele próprio concentra a sua atenção nos dois últimos. De acordo com *Barry Buzan*, os níveis de análise põem em relevo três ideias fundamentais: 1) **capacidade de interacção**, os tipos e a intensidade de interacção de que cada unidade do sistema é capaz relativamente às outras; 2) **estrutura**, a forma como as unidades se encontram dispostas umas em relação às outras e como se diferenciam umas das outras; 3) **processo**, a questão de saber até que ponto as unidades do sistema interagem umas com as outras seguindo padrões recorrentes. Sendo assim, os níveis de análise proporcionam um fundamento conceptual que permite colocar questões como, «Qual é o efeito da estrutura sistémica (o bipolarismo, por exemplo) sobre a conduta dos estados e outras unidades do sistema?». De igual modo, a forma como a capacidade de interacção das unidades vai moldando a estrutura reveste-se de importância fundamental” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 37 e 38).

⁵ “A interdependência é assim entendida como o resultado da interacção entre os componentes de um sistema” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 139).

⁶ “Quanto maior o nível de interdependência, maior é o grau de interacção” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 140).

*Boulding*⁷, à medida que a relação entre os dois primeiros se intensifica. E isto é tão verdade, que subjaz na grande maioria dos entendimentos sobre a matéria. Por isso, no âmbito das relações internacionais, *Morton Kaplan* (1962) define o sistema, que é de acção, como “*um conjunto de variáveis tão relacionadas entre si e distintas do ambiente externo que as regularidades de comportamento descritas caracterizam os relacionamentos internos das variáveis umas das outras e os relacionamentos externos do conjunto de variáveis individuais com combinações de variáveis externas*” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 152). *George Modelski* (1961) entende sistema internacional “*como um sistema social com necessidades funcionais e estruturais. Os sistemas internacionais consistem num conjunto de objectos e nas relações entre esses objectos e entre os seus atributos. Mais ainda, os sistemas internacionais abarcam padrões de acção e interacção entre colectividades e entre indivíduos que agem em nome dessas colectividades*” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 152).

Raymond Aron (1986, p. 153) define sistema internacional como “*o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações entre si e que são susceptíveis de entrar numa guerra geral*” e *Cabral Couto* (1988, p. 19) entende o sistema político internacional como “*um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade*”⁸. Muito simplesmente, as relações ou as interacções materializam, de maneira geral, o que apelidamos de «relações internacionais», definidas por *Silva Cunha e Vale Pereira* (2004, p. 42) como “*todas as relações que têm por sujeitos os componentes da sociedade internacional*”⁹.

⁷ “*Kenneth Boulding procurou classificar os sistemas de acordo com níveis da sua complexidade crescente: mecânicos, homeostáticos, biológicos, equivalentes a animais mais complexos e humanos*” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 147).

⁸ “*Se a interacção entre as organizações independentes não é frequente e regular, não poderemos falar num «sistema»: por exemplo, no século XV, a China e os Estados da Europa não eram partes de um mesmo sistema internacional*” (Couto, 1988, p. 19). Sobre esta matéria, *Raymond Aron* (1986) utiliza o critério da participação política e militar e o da comunicação para verificação de pertença ao sistema, realçando o primeiro.

⁹ Quando se fala em Sociedade Internacional, pressupõe-se “*(...) a entrada voluntária no sistema ou grupo, sendo o objectivo mais ou menos limitado em termos temporais (exemplo de sociedades culturais e económicas). A Sociedade pode transformar-se em Comunidade*” (Moreira, 2000, p. 24). Designa-se por Comunidade Internacional o grupo “*(...) ao qual se pertence sem escolha, identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interacção entre os seus membros, na busca da realização desse interesse e com sentido de pertença comum entre os membros do grupo (caso da família, da Nação...)*” (Moreira, 2000, p. 24).

Utilizando agora outro prisma, permitam-nos antecipar pensamento sobre as eventuais expectativas na medida em que, julgamos nós, quando se fala sobre esta matéria vem à nossa mente assuntos de íman, ou seja, de polaridade ¹⁰. De facto, no estudo e classificação dos sistemas internacionais, a matéria tem sido objecto de inúmeras reflexões, principalmente no campo das especulações sobre o seu grau de estabilidade ¹¹.

O que importa, para nós, objectivamente, é que deste ponto de vista, nos estamos a embrenhar no sistema como estrutura, a contar ou a relevar os actores que o compõem e a parcela de poder que cabe a cada um, ou só a alguns, ou à sua disseminação espartilhada pela plenitude daquela estrutura. Em síntese, procura-se uma relação entre a estrutura do sistema internacional e a incidência da aplicação do fenómeno violento, na lógica de forçar o oponente a aceitar a nossa vontade.

Num contexto de doutrina, estamos a utilizar um critério de classificação dos sistemas internacionais: o da «configuração da relação de forças», segundo *Raymond Aron* (1986, p. 154) e adaptado por *Cabral Couto* (1988, p. 44) como «distribuição de poder».

É curioso que temos, julgamos nós, a noção de que a utilização ou a ideia de sistema aplicada às relações internacionais é relativamente recente, mas se atentarmos no *Leviatã* de *Thomas Hobbes* (1588-1679), escrito em 1651, verificamos já aí a aplicabilidade. Não resistimos a citar o título do capítulo XXII daquela obra: “*Dos sistemas sujeitos, políticos e privados*” (Hobbes, 2002, p. 185).

3. Uma Curta Viagem

Poderíamos apanhar a máquina do tempo muito antes de *George Wells*, que a escreveu em 1895 e iniciarmos uma viagem pelo sistema do Império Mundial Romano, ou seja, um dos três tipos distintos de configurações unipolares. Dada a temática desta nossa pequena invenção escrita, bem como o tempo que se associa iremos, obviamente, utilizar o transporte, mas apanhamo-lo numa estação à frente.

¹⁰ “A polaridade refere-se ao número de actores e à distribuição de capacidades entre estes e, desta maneira, é um indicador da estrutura do sistema” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 156).

¹¹ São exemplos *Karl W. Deutsch*, *Edward Mansfield*, *David Singer*, *Melvin Small*, *Arthur Stein*, *Kenneth Waltz*, *Raymond Aron*, *Cabral Couto*, entre outros.

Assim, num rápido olhar para as vias que a história percorreu e eivados de um certo corporativismo ocidental, justificado também pelo berço e até por conforto académico, podemos começar por descortinar a hegemonia exercida pelo Sacro Império Romano caracterizadora de uma ordem mundial que iria prevalecer até ao Sistema de Estados inaugurado em meados do século XVI, com a importância crescente das representações dos súbditos, dos efeitos provocados pela Reforma e da ascensão de camadas populacionais destinadas ao preenchimento de quadros, numa organização que iniciava o caminho da burocracia.

O nado-vivo Estado iria ser objecto de aperfeiçoamento na “maternidade” de Vestefália, a metade do século XVII¹². Vestefália marca o final da Guerra dos Trinta Anos, do predomínio do Sacro Império, parando o poder dominante francês no sistema¹³, que absorveu os episcopados de Meta, Verdun e Toul. Mas só por curiosidade, o sistema internacional, no contexto da distribuição de poder, adoptou diferentes estruturas; porque não é objecto nuclear desta nossa reflexão, uma análise histórica, somente lembraríamos e meramente a título de exemplo, que Veneza, o Império Otomano, a Áustria, a França, a Espanha e a Inglaterra foram, entre 1495 e 1521, os vértices de uma configuração multipolar, que se metamorfoseou numa estrutura bipolar, até 1529, dado o domínio dos Impérios Habsburgo e Otomano (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 167).

Importa também lembrar que a nossa epopeia de Quinhentos traduziu-se no domínio português à altura; começámos a passar a pasta por tempos da derrota de Alcácer-Quibir, que obrigou à inversão da estratégia de D. João III, num caminho de pensamento grandioso, donde podemos destacar a figura de D. João II.

Por curiosidade também e porque nutrimos pela geopolítica um gosto especial, nos domínios de Castela, Carlos I (Carlos V da Áustria), casado com a nossa Isabel de Portugal, irmã de D. João III, no longínquo ano de 1536, mandou

¹² “(...) a Paz de Vestefália proclamou efectivamente o Estado como garante incontestado da ordem doméstica, e legitimador da guerra externa” (Howard, 2004, p. 28).

¹³ “A Europa tornava-se num sistema internacional de Estados no período que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Há dois séculos, os Estados Unidos entraram no sistema bem como, algumas décadas depois, e pelo menos formalmente, as repúblicas latino-americanas. O Império Otomano e o Japão foram, por sua vez, os primeiros Estados não ocidentais a serem admitidos no sistema de Estados” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 42).

estudar a construção de um canal que permitisse a ligação entre o Atlântico e o Pacífico¹⁴ – o tal *choke point* artificial, à falta de um natural; afinal o notável almirante norte-americano *Alfred Thayer Mahan* (1840-1914) não terá sido o primeiro.

O aumento da rotatividade da máquina do tempo permite-nos agora desembarcar na estação designada, à altura, por números: a de 1757-1763. O período corresponde à guerra dos sete anos e aos alinhamentos marítimo e continental. O Tratado de Paris, a 3 de Fevereiro de 1763 marcou o seu final e consubstanciou um equilíbrio europeu: “*a França tinha sido expulsa do continente americano, a Espanha tinha saído derrotada, a Prússia desgastada*” (Dias, 2004, p. 73). Do ponto de vista da estrutura, manteve-se uma bipolaridade europeia, desta feita à custa da Grã-Bretanha e da França.

Objecto de variadíssimas peripécias, o Sistema de Estados veio desaguar, após a derrota napoleónica, numa ordem internacional também por nós conhecida: a dos Estados-Nação¹⁵. Do ponto de vista da distribuição do Poder, uma vitória francesa traduziria-se, certamente, num sistema internacional unipolar, ou melhor, num sistema político internacional europeu caracterizado pela unipolaridade.

O Congresso de Viena (de Outubro de 1814 a 9 de Junho de 1815) trouxe à luz a solução para os problemas que se colocavam à Europa, à altura; a ordem dos Estados-Nação assentou num Sistema Internacional multipolar, a que Bessa e Pinto (1999, p. 171) apelidaram de sistema de «paz realista», isto é, o do «concerto», materializado pelos poderes dominantes da Prússia, da Rússia, da Áustria e da Grã-Bretanha, a que se juntou a França, que mesmo derrotada conseguiu, graças a *Talleyrand*, evitar o ostracismo, no que às decisões mais importantes respeita. Apesar de atacado, o sistema pentárquico foi resistindo e aguentou-se até 1914, muito embora façamos notar o acréscimo de rigidez que foi tipificando a estrutura roçando a metamorfose numa bipolarização, especialmente a partir de 1890 (Nye, 2002)¹⁶.

De facto, é obrigatório não esquecer, as «triplas» Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia) e Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), que bipolarizaram a

¹⁴ Texto policopiado fornecido aos alunos do mestrado de Estratégia, frequentado no ISCSP, no ano lectivo de 2001/2002, no âmbito da unidade curricular de “Evolução do Conceito Estratégico Nacional”, da responsabilidade do Tenente-General José Eduardo Garcia Leandro.

¹⁵ Ver: Lara, Sousa (2005). *Ciência Política*, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 239-250.

¹⁶ “*A partir de 1890, os sistemas de alianças na Europa tornaram-se mais rígidos, com uma aliança em torno da Alemanha e outra em torno da Rússia e da França*” (Nye, 2002, p. 47).

estrutura entre 1907 e 1914, pese embora se acautele, por doutrinário, que os pólos são os Estados e não o seu agrupamento, corporizando alianças.

De qualquer maneira, importa mencionar as inúmeras erupções violentas e perturbadoras, induzidas pelas correntes da revolução, do nacionalismo ou do sentimento nacional e que se foram plasmando na inaplicabilidade da famosa declaração de Luís XIV «*L' État c'est moi*», culminando na criação de novos Estados, como a Grécia e a Sérvia (1829), a Bélgica (1830), Roménia, Bulgária, Noruega e nas consequentes e consequências das guerras balcânicas e da unificação da Alemanha, antes uma manta de 37 retalhos. A eventual previsível instabilidade não se verificou, dada a actuação, com pinças, do chanceler de ferro¹⁷, situação que se altera a partir da sua demissão, no tal ano de 1890.

O final da Primeira Guerra Mundial trouxe à tona da água as possibilidades de criação de outra nova ordem; de facto, conjugando com a derrota de uns e a exaustão de outros, os Estados Unidos da América iniciaram o caminho da preponderância, num processo acompanhado pela discussão conceptual de ordem universal, de tipificação dicotómica, entre a designada democracia liberal e o comunismo.

Acresce a sempre importante referência ao afundamento da Alemanha, à substituição do Czarato pela URSS, à desagregação do Império Austro-Húngaro e consequente vazio criado na Europa Central, ao desaparecimento do Império Turco Otomano e à fragilização do Estado nipónico, que tinha surgido como Grande Potência em 1914. Nasce a Sociedade das Nações, sem os norte-americanos, e pouco mais tarde, os vencedores iniciam entretenimento em discórdias.

Atente-se também, que a Ordem Internacional que se desenhava já nos anos 30 do século passado, parecia não considerar, por diferentes motivos, intervenientes

¹⁷ *"Bismarck compreendia que uma Alemanha unificada representava um grande "poder nacional", susceptível de assustar e consequentemente unir contra si as outras potências europeias; procurou por isso, diligentemente, não só tornar bem clara a sua vontade de autolimitação do novo poder alemão, como manter em funcionamento, na Europa, um sistema de equilíbrio, de balança de poder, sem alianças fixas, mas em que Berlim procurava junto de cada um dos outros Estados principais fazer valer identidades ou solidariedades de posições: com os Russos era a linha ideológica conservadora e os interesses comuns na questão polaca, reafirmados pelo secreto Tratado de Contra-segurança; com a Inglaterra era uma partilha de influência tácita no Continente, apesar dos conflitos "virtuais" em áreas imperiais como o Médio Oriente e a comum rivalidade com a França; com a Áustria, a aliança privilegiada, era a comunidade dos "povos de língua alemã" e o conservadorismo nos Balcãs; e à França, que derrotara, Bismarck encorajava e apoiava na constituição de um império ultramarino na África e na Ásia, procurando entretanto, na Europa, mantê-la isolada e em quarentena"* (Bessa e Pinto, 1999, p. 173 e 174).

importantes, ou seja, para além da Alemanha e da Itália, o Japão que entretanto se distendia para os lados da Manchúria e da China e a União Soviética. Como resultado desta exclusão, percebe-se, entre outras coisas, a assinatura ainda nos anos 20, do Tratado de Rapallo, entre a Alemanha e a União Soviética (Bessa e Pinto, 1999).

O resultado da Segunda Guerra Mundial parecia ter então terreno garantido para uma nova ordem mundial, assente numa visão de matriz liberal e largamente orientada pelos Estados Unidos da América; Estaline não estava de acordo, não partilhava da mesma ideia e materializou intenções, quer no quadro interno, aniquilando oposições, quer no contexto externo, reforçando posições soviéticas na eterna geopoliticamente importante Europa Central e de Leste, eliminando aspirações na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968). Estávamos então, de facto, em plena Guerra-Fria, com o Sistema Político Internacional bipolarizado, que nem sempre foi idêntico, isto é, entre 1945 e 1955, verificamos da existência de uma bipolaridade rígida¹⁸, evoluindo para flexível, até ao seu desequilíbrio e ruptura. Parece-nos interessante apontar, que a bipolaridade resultante, veio substituir o sistema tripolar que pôde ser verificável no segundo grande conflito mundial¹⁹. Da Guerra-Fria, saiu vencedora a superpotência americana²⁰, inaugurando então uma nova Ordem, sustentada no Sistema Internacional como hoje o conhecemos e que pode ser classificado, recorrendo ao critério da «distribuição de poder», de unipolar.

¹⁸ “Os Estados Unidos tinham a bomba atômica desde o Verão de 1945, mas os Soviéticos conseguiram-na alguns anos depois, graças também à colaboração e cumplicidade de cientistas ocidentais que, por razões ideológicas, de convicções pacifistas ou marxistas, como o inglês Fuchs e os Rosenberg, deram a Moscovo planos e projectos secretos sobre as armas atômicas. Estes planos permitiram à União Soviética, a partir de 1949, estar preparada para construir bombas atômicas e tê-las operacionais no início dos anos 50” (Bessa e Pinto, 1999, p. 224 e 225).

¹⁹ “Como exemplo de conduta num sistema tripolar e seguindo a definição de pólos, a Segunda Guerra Mundial opôs os Estados Unidos e a União Soviética à Alemanha. Neste caso, dois dos três pólos (a União Soviética e a Alemanha) eram revisionistas. Enquanto potência que protegia o status quo, os Estados Unidos tiveram o apoio da Grã-Bretanha, ela própria uma potência interessada na manutenção do status quo. O Japão, embora não fosse um estado polar, era, como a Grã-Bretanha, uma potência de segunda linha mas, ao contrário da Grã-Bretanha, era um estado revisionista. A principal característica estrutural do sistema – o tripolarismo – determinou os padrões de alinhamento” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 167).

²⁰ “Em certo sentido, o século que acaba agora foi teatro destes grandes conflitos e a sua História foi marcada pelo confronto de ideologias globais: o comunismo, triunfante na União Soviética em 1917; o fascismo italiano, de 1922; o nacional-socialismo, vencedor na Alemanha em 1933; e a democracia liberal, assente nos seus baluartes inglês e norte-americano e que surge hoje, depois da Guerra Fria, como hegemónica” (Bessa e Pinto, 1999, p. 169).

4. O Sistema Internacional na Actualidade

Estamos então em condições de tipificar o actual Sistema Internacional, tendo em mente que os padrões que o enformam afectam e orientam, em grande medida, o comportamento dos actores que nele contracenam.

Assim sendo, do nosso ponto de vista, podemos dizer que o Sistema é unipolar²¹, de hegemonia, não-arrogante (conjuntural). O pólo é os Estados Unidos da América, “*ancorados no dinamismo da sua economia, na sua capacidade científico-tecnológica (domínio tecnológico), que influi de forma decisiva na capacidade de projecção militar (global), no domínio das tecnologias de informação e na produtividade*” (Dias, 2006, p. 145 e 146), assim como nas dimensões militar e cultural; permitam-nos realçar os domínios militar e científico-tecnológico²².

O sistema é de hegemonia, na medida em que a superpotência não poderá fazer tudo o que pretende, mas poderá evitar, em grande parte, que se faça aquilo que não pretende. Não concordamos, até por paradoxal, com a expressão, utilizada por alguns, de sistema unipolocêntrico, pese embora se entenda o racional utilizado, por extrapolação de bipolocêntrico; a tipificação essencial relativa ao domínio militar e a verificação da sua fragilidade no que se refere a outros domínios. Mas já aqui, a nossa preferência ia para o uso da expressão «sistema bipolar flexível», até porque, não podemos esquecer três características importantes do poder: a multidimensionalidade e a conseqüente análise global, a não conversibilidade e o seu obrigatório exercício.

Importa também assumirmos frontalmente a nossa discordância, quer conceptual, quer no transplante da teoria à prática, a propósito da ideia muito falada e escrita encerrada em expressões como «a era imperial» ou «a postura imperial» a propósito do comportamento do «actor» norte-americano e, decorrendo, da tipificação estrutural do Sistema como imperial.

A bem do rigor, a isso corresponderia, para além da superioridade já por demais falada, à possibilidade de neutralização de qualquer situação de oposição e à

²¹ “*O sistema do início do século XXI é unipolar porque os Estados Unidos são a primeira nação na história da política mundial a atingir uma preponderância que atravessa todo o espectro de capacidades, incluindo as capacidades económicas, militares, políticas, geopolíticas e tecnológicas. (...) tudo isto leva Wohlforth a concluir que o actual sistema internacional permanecerá «inequivocamente unipolar» ainda durante algum tempo*” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 171).

²² “*A supremacia militar americana sobre o resto do mundo é comparável à exercida pelo conjunto das potências europeias um século atrás. Constitui a base incontestável da nova ordem mundial*” (Howard, 2004, p. 111).

completa subordinação ou melhor, à perda de autonomia dos outros centros decisão política integrantes do sistema, que por esta razão, tenderiam a desaparecer como tal (Couto, 1988) (Aron, 1986).

Ora isto não corresponde à realidade actual. A paz imperial teorizada por *Raymond Aron* (1986) não se vislumbra ao espelho do sistema na contemporaneidade; estamos de facto, muito mais próximo do que o conhecido académico francês designou como «a paz pela hegemonia». Estamos longe da antiguidade dos Impérios e da sua conotação com Ordem, sendo a única opção, para além desta, o caos (Cooper, 2006).

A não-arrogância é conjuntural, isto é, depende das situações e da importância dos objectivos a atingir, assumindo assim por esta razão, características de temporalidade, ao mesmo tempo que gera sentimentos anti.

De qualquer forma, as tentativas de legitimação das suas acções, na “moldura” das Organizações Internacionais, designadamente quando os meios a utilizar materializam a coacção militar, a procura de apoios de outras unidades políticas, de forma a evitar intervenções “solitárias”, consubstanciada na manutenção da política de criação de alianças, muitas vezes tomando a forma de coligações de geometria variável, constituem-se como factos evidentes de não-arrogância, pese embora não seja essa a percepção passada, logicamente, pelas oposições internas e externas e pelo grande caudal seguidor de muitos analistas e comentadores políticos. Os casos mais recentes e conhecidos, por exemplo, no racional da acção militar efectiva, atestam o afirmado.

Relembre-se a coligação de geometria variável na designada 1.^a Guerra do Golfo, que para além da superpotência, revelou a presença da Grã-Bretanha, da França, da Itália, da Espanha, da Holanda, da Bélgica, da Áustria, da Alemanha, da Arábia Saudita, do Kuwait, do Egipto, de Marrocos, da Síria entre outros; em boa verdade, um conjunto de 38 países (não propiciaram apoio militar, somente 9). Ainda a título de referência recorde-se, sobre esta matéria, para além das resoluções condenatórias, de imposição de embargos e com outras finalidades ²³, da Organização das Nações Unidas (ONU) a propósito da conduta iraquiana, a posição da Liga Árabe, tomada a 10 de Agosto de 1990, que para além da autorização de envio de forças árabes para a Arábia Saudita, autoriza, curiosamente, a participação norte-americana.

²³ Resoluções 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, 677, 678, 686, 687, 688, 689, adoptadas entre 2 de Agosto de 1990 e 9 de Abril de 1991.

No que respeita à campanha no Iraque em 2003, em síntese, para além dos esforços diplomáticos que resultaram, entre outras coisas, na passividade intencional da Liga Árabe, e de outros actores importantes do Sistema Político Internacional, embora encapotada por condenações públicas, verificámos à altura, da participação de forças australianas, canadianas, polacas, britânicas e a utilização de bases terrestres de apoio localizadas, por exemplo, no Bahrein, nos Emirados Árabes Unidos, no Kuwait, na Arábia Saudita, no Qatar, em Omã, para não falar de Diego Garcia ou das autorizações de sobrevoo de diferentes espaços aéreos. O Sistema Internacional também se caracteriza pela multiplicidade e diversidade de actores, muitos deles com comportamentos imprevisíveis, quer no espaço, quer no tempo, configurando desta forma a heterogeneidade do seu ambiente; é um sistema em que há uma importância crescente de actores não estatais, desenterrando dúvidas sobre a correcção da aplicabilidade do termo «internacional», no que ao seu significado respeita²⁴, pese embora se cuide da existência de duas razões base, que cimentam o seu emprego: o uso praticamente à escala global e, portanto, presente no léxico reconhecido e a manutenção do significado valorativo no âmbito do Direito Internacional, e que até permite o regresso a Francisco de Vitória.

Deste ponto de vista e dada a proliferação de actores, poderemos depararmo-nos com duas órbitas distintas, onde se implementarão as diferentes linhas de acção políticas/estratégicas: aquela que tem como elemento central os Estados e outra, que sofrerá os efeitos gravitacionais de diversos núcleos (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2003), e inerente multiplicação de centros de decisão.

Existem, também, tendências supranacionais, decorrentes essencialmente do processo globalizante e vislumbra-se uma transferência do centro do Poder

²⁴ No entanto: “António José Fernandes, que se tem dedicado muito a estas matérias...certifica que as relações internacionais «são o reflexo, o espelho, das interações desenvolvidas pelos principais actores internacionais – os Estados, as organizações internacionais e as empresas multinacionais e transnacionais. Abrangem portanto as relações entre os Estados, as relações entre organizações internacionais e entre estas e os Estados, as relações entre os Estados e as empresas nacionais e multinacionais dependentes de outros Estados e as relações entre as firmas e empresas sedeadas em Estados diferentes». Acrescenta que os Estados continuam a ser os principais actores por que «são eles que promovem e desenvolvem as relações entre si, são eles que criam e suportam as organizações internacionais públicas e são eles que permitem que no seu interior sejam exercidas actividades por empresas ou firmas pertencentes a outros Estados” (Bessa, 2001, p. 41). “Mas o problema é que o Estado não torna apenas possível a guerra; também torna possível a paz. A paz é a ordem, mesmo imperfeita, que resulta do acordo entre Estados, e só pode ser sustentada por esses acordos” (Howard, 2004, p. 113).

para o Pacífico (Tigre/Eufrates – Mediterrâneo – Atlântico Norte – Pacífico), com elevada interdependência entre os actores, tornando o sistema verdadeiramente mundial, ao que acresce os efeitos da evolução tecnológica (mundialização/globalização); em simultâneo, a diferença entre os actores mais desenvolvidos do sistema e os menos desenvolvidos aumentará, assim como, tendencialmente, o número de bolsas menos favorecidas nos subsistemas mais desenvolvidos, crescerá. Em tese, criar-se-ão ainda mais condições para a potenciação de dinâmicas comportamentais de fragmentação.

Neste contexto, importa referir o acervo reflexivo de *James M. Rosenau* (1984 e 1989), que encontra na expressão «interdependência em cascata», o significado para o caminho tendencial do sistema internacional e, que é, a distribuição de Poder pelos diferentes actores do sistema de forma volátil, imprevisível e desobediente à racionalidade.

A «interdependência em cascata» encerra um conjunto de ideias, das quais relevamos: nível de interdependência em crescendo, as interacções cada vez menos estereotipadas ou padronizadas, a “*fragmentação de um mundo descentralizado*”, a fragilização dos estados-nação e inerente crise de autoridade, resultantes da transferência de fidelidades (Dougherty, Pfaltzgraff Jr., 2003, p. 143).

Existem perspectivas de evolução para a multipolaridade, com a emergência da China, da União Europeia e, eventualmente, da Rússia²⁵. As orientações agora expressas até encontram eco noutras abordagens, como a de Zbigniew Brzezinski (2001), consubstanciada na proposta de desenvolvimento de uma estrutura bi-triangular de Poder, com vértices ocupados pelos EUA, UE e Rússia, e EUA, China e Japão.

Noutro contexto, estamos perante um sistema que apresenta vulnerabilidades crescentes a intrusões externas e onde as fronteiras começam a caracterizar-se pela permeabilidade (circulação de pessoas, de bens e de ideias).

²⁵ Pese embora a questão relativa ao sistema anti-míssil possa conduzir, pelo menos a curto/médio prazo, ao reforço temporário da situação de unipolaridade. Por outro lado, se atendermos em nicho específico do domínio económico, verificamos da existência de indícios que cenarizam a transferência da locomotiva da economia, para os espaços europeu e asiático, como por exemplo, o nível de endividamento quase insustentável dos norte-americanos, a evolução da taxa de câmbio relativa a euro/Dólar (sem que no entanto não se deixe de referir que a perda do dólar até é útil para atenuar o desequilíbrio referente ao défice) ou ainda a evolução das taxas de juro, que poderá induzir ao investimento em activos designados na moeda europeia (Aníbal, 2007).

A título de informação e de fornecimento de mais um contributo para reflexão, refira-se que Henry Kissinger, na sua notável obra de 2001 – *Does America Need a Foreign Policy* – é peremptório na afirmação de que na actualidade existem, em simultâneo, 4 sistemas internacionais (p. 25), apresentados segundo a seguinte organização: Hemisfério Ocidental, integrando a Europa Ocidental, a Ásia, o Médio Oriente e África.

Se atentarmos, a proposta do ex. Conselheiro tem como linha orientadora a já referida relação, neste caso, das diferentes estruturas com a incidência do fenómeno violento, mesmo na sua forma mais extremada, a da guerra. Por outro lado, a estrutura identificada, parece sugerir ligação, para não esquecermos os obrigatórios elementos doutrinários, a algumas teorizações respeitantes aos subsistemas regionais, no contexto do próprio sistema internacional.

Por outro lado, não deixa de ser interessante provocar a imersão na memória e ressuscitar que o ex. Conselheiro de Segurança Nacional e estudioso da História Diplomática Europeia, adepto da utilização da designada diplomacia clássica, do primado do interesse nacional e do equilíbrio de poderes procurou, ao seu tempo, a multipolaridade, à custa dos EUA, da URSS, do Japão e da própria Europa, procurando mitigar o confronto que a bipolaridade marcava. Por diferente, não resistimos também a mencionar o ideário presente em *Robert Cooper* (2006), numa tradução de Carlos Braga do original «*The Breaking of Nations*» (2003), que tinha já incubado do mesmo autor «*The Post-Modern State and the World Order*» (1996).

O ex. consultor especial de *Tony Blair* centra a sua atenção no elemento estatal, organiza o que apelida de Ordem ou Sistema Mundial em três mundos, numa deriva ou aperfeiçoamento conceptual do sistema mundo; assim propõe: o pré-moderno, o moderno e o pós-moderno.

O primeiro é centrado na concepção do Estado frágil, que não cumpre as finalidades teleológicas (Somália, Afeganistão, Libéria, e outras áreas geográficas), propiciando condições para a proliferação de actores não-estatais com demasiada força. O Mundo Moderno²⁶ é tipificado pela concepção do Estado clássico, com o

²⁶ “A Europa moderna nasceu com a Paz de Westfália. A Europa pós-moderna começa com dois grandes tratados. O primeiro destes, o Tratado de Roma (1957), foi criado a partir dos fracassos do sistema moderno: o equilíbrio de poderes que deixou de o ser e o Estado-Nação que levou o nacionalismo a extremos destruidores. O tratado de Roma foi uma tentativa consciente e bem-sucedida de ir para além do Estado-Nação. O segundo alicerce da era pós-moderna é o Acordo Multilateral sobre a Limitação de Forças Convencionais na Europa (o Acordo CFE): este nasceu dos fracassos, desperdícios e absurdos da Guerra Fria” (Cooper, 2006, p. 39).

monopólio da utilização da força, o reconhecimento da sua soberania²⁷ e a existência de Ordem é garantida pelo primado do equilíbrio de forças ou da hegemonia. De qualquer maneira, o diplomata alerta para o facto de que a existência de Ordem, não significa ausência de riscos. O poder e a razão de Estado²⁸, que serviu para *Richelieu* (1585-1642) burilar o conceito de fronteira natural, constituem-se como vectores principais no contexto das relações internacionais e a manutenção de desequilíbrios nalguns espaços regionais é uma realidade.

A pós-modernidade vem questionar o Estado clássico, o que não significa o caminho para a desordem. Ao contrário do mundo anterior, este não se sustenta em equilíbrio, não enfatiza a soberania, nem efectua a separação entre negócios estrangeiros e assuntos internos (Cooper, 2006, p. 39); aponta a perda de importância das fronteiras e releva o aparecimento da consciência moral como importante orientação, quer nas interações internacionais, quer em matéria de natureza interna.

Neste mundo de Cooper, a fonte de insegurança não se traduz na possibilidade de ocupações territoriais e os interesses, debatidos no seio das organizações típicas deste terceiro elemento do sistema, “*são essencialmente, questões de preferência de política e repartição de responsabilidades*” (Cooper, 2006, p. 51).

5. Considerações Finais

Em tese, os EUA procurarão preservar, no prazo máximo possível, a posição hegemónica, essencialmente através de três vectores: a manutenção da superioridade militar, da superioridade tecnológica e da superioridade económica²⁹. Julgamos também, em consciência, que a verdadeira questão que se nos coloca, não é a da alteração da estrutura do sistema, pois a prazo ocorrerão mudanças; a interrogação é sobre este tempo³⁰ e, para a superpotência, no nosso entendimento,

²⁷ “(...) e a consequente separação entre política interna e negócios estrangeiros, com uma proibição da ingerência externa na primeira” (Cooper, 2006, p. 35).

²⁸ “A afirmação clássica de Palmerston de que a Grã-Bretanha nunca teve amigos ou inimigos permanentes, mas que só os seus interesses eram eternos, continua a ser citada como sendo uma verdade duradoura de aplicação universal” (Cooper, 2006, p. 35).

²⁹ “A dimensão económica é fundamental para o Poder real do Estado, que por aqui tenta também obter segurança nos níveis adequados” (Bessa, 2001, p. 94). Eventualmente, através da expansão cultural e do *modus vivendi*.

³⁰ “O tempo que se vive, entretanto, é desta vez caracterizado (por quanto tempo?) pela existência de uma única superpotência e pela febril marcha de potências regionais de grande massa crítica para se afirmarem como pilares da procura de uma nova ordem mundial afastada de uma única hegemonia” (Bessa, 2001, p. 58).

perdoem-nos a ousadia, a pergunta colocar-se-à nas condições em que terão de partilhar a hegemonia.

A sobrevivência do próprio Estado não parece, julgamos nós, merecer ser o núcleo das nossas especulações; a tendência induzida pelos factos mostra-nos antes um novo Estado, de comportamento não antes produzido, talvez procurando adaptação à mudança e consciente das soberanias possíveis.

Evoluiremos para melhor ou para pior? A história apresenta exemplos para todos os gostos, mas duas coisas parecem certas: a primeira diz-nos que as grandes alterações foram induzidas ou sofreram contributo importante de fenomenologia violenta; a segunda segreda-nos a ideia realista de que os saberes residentes em sede de história, antropologia, etologia, ciência política, geopolítica/geoestratégia, relações internacionais e estratégia não são para serem colocados na prateleira do esquecimento.

Antes pelo contrário, devem ser ministrados com rigor, por instituições com peso específico na matéria, por forma a percebermos as grandes correntes de fundo que vão moldando o nosso mundo e consubstanciarmos a ultrapassagem da eventual sobrevivência a longo prazo, para a vivência com qualidade de um projecto que, afinal, é nosso: o projecto humano (Bessa e Dias, 2007).

BIBLIOGRAFIA

- ANÍBAL, Sérgio (2007).** “Divisão”, in Vários, *Jornal Público, Separata de Economia*, 4 de Maio, Lisboa, 12 e 13.
- ARON, Raymond (1986).** *Paz e Guerra entre as Nações*, 2.^a edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- BESSA, António Marques (2001).** *O Olhar de Leviathan*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- BESSA, António Marques, DIAS, Carlos Manuel Mendes (2007).** *O Salto do Tigre – Geopolítica Aplicada*. Prefácio, Lisboa.
- BESSA, António Marques, PINTO, Jaime Nogueira (1999).** *Introdução à Política*, Vol. I, Editorial Verbo, Lisboa.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2001).** *The Geostrategic Triad – Living with China, Europe, and Russia*, Center for Strategic and International Studies, Washington.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2004).** *The Choice: Global Domination or Global Leadership*, Basic Books, New York.
- COOPER, Robert (2006).** *Ordem e Caos no Século XXI*, Trad. Carlos Braga, Editorial Presença, Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1988).** *Elementos de Estratégia*, Vol. I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- CUNHA, Joaquim da Silva, PEREIRA, Maria da Assunção do Vale (2004).** *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a edição, Almedina, Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2004).** “Entre a Morte de D. José I e a 1.^a Invasão Francesa – Que Conceito Estratégico Nacional”, in Vários, *Prælium*, Revista da Academia Militar, n.º 1, Lisboa, 65-114.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2005).** *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Prefácio, Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2006).** *Kissinger e Brzezinski*, Prefácio, Lisboa.
- DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF JR., Robert L. (2003).** *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Gradiva, Lisboa.

- HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva (2006).** “Metamorfoses do Estado: Estado Necessário e Soberania Possível”, in Vários, *Prælium*, Revista da Academia Militar, n.º 5, Lisboa, 87-126.
- HOBBS, Thomas (2002).** *Leviatã*, Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Estudos Gerais Série Universitária, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- HOWARD, Michael (2004).** *A Invenção da Paz – Reflexões sobre a Guerra e a Ordem Internacional*, Trad. Gonçalo Annes, Guimarães Editores, Lisboa.
- KISSINGER, Henry (2001).** *Does America Need a Foreign Policy?*, Symon & Schuster, New York.
- LARA, António de Sousa (2005).** *Ciência Política*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- MODELSKI, George (2004).** China poderá não ser o «Challenger», Internet: <http://www.janelanaweb.com>, 17 de Janeiro 2007, 10h45min.
- MOREIRA, Adriano (2000).** *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra.
- NYE Jr., Joseph S. (2002).** *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Trad. Tiago Araújo, Gradiva, Lisboa.